

TRILHAS CRUZADAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA MÃE JOVINA

REBECA BISPO OLIVEIRA¹

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

ALEX VERDÉRIO²

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Resumo:

Este artigo é resultado da pesquisa efetuada através do Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa - BA. Ele tem como finalidade a discussão e análise do contexto das políticas públicas de financiamento na Escola Família Agrícola do município de Ruy Barbosa - BA, observando suas influências sobre as dimensões que circulam a instituição e os sujeitos que a constroem. A pesquisa sustentou-se em uma abordagem qualitativa, com uso de pesquisa de campo com a aplicação de entrevistas, bem como pesquisa bibliográfica e documental e sob análise de conteúdo para o tratamento dos dados. Este estudo nos alertar para os desafios que uma EFA se depara mesmo perante a efetivação de algumas políticas públicas e como ela cria estratégias para resistir e permanecer realizando os trabalhos na oferta de uma Educação no/do Campo, mas não deixando de pautar e demarcar o dever do Estado para com os povos do campo.

Palavras-chave: Educação no/do Campo. Financiamento Público. Pedagogia da Alternância.

616

Abstract:

This article is the result of research carried out through the Course Completion Work of the Bachelor's Degree in Field Education - Agrarian Sciences of the Federal University of the Recôncavo da Bahia, Amargosa - BA. He takes as a finality the discussion and analysis of the context of the public policies of financing in the School Agricultural Family of the local authority of Ruy Barbosa - BA, observing his influences on the dimensions that circulate the institution and the subjects that build it. The research was supported in a qualitative approach, with the use of field research with the application of interviews, as well as bibliographic and documentary research and under content analysis for data processing. This study alerts us to the challenges that an EFA faces even in the face of the realization of some public policies and how it creates strategies to resist and remain carrying out the work in offering an Education in the Field, but not failing to guide and demarcate the duty of the State towards the peoples of the countryside.

Keywords: Education in/from the Countryside. Public Funding. Alternance pedagogy.

Introdução

O artigo aqui apresentado é produto de uma pesquisa realizada na graduação a partir do Trabalho de Conclusão de Curso da Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, intitulado: Duas faces de uma mesma realidade: avanços e retrocessos da Escola Família Agrícola Mãe Jovina frente às políticas

públicas. Estudo este, que diante da necessidade de compreender as relações estabelecidas pelos setores públicos no estado da Bahia com as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e a sustentabilidade econômica destas instituições, nos levou a pesquisar como são estruturadas e implementadas as políticas públicas de apoio financeiro no cotidiano de uma EFA e de que maneiras elas impactam as dimensões e sujeitos que a constroem.

Observando o cenário do campesinato brasileiro é possível perceber que ao longo do tempo vivemos à margem da sociedade no que diz respeito às políticas públicas educacionais. A realidade posta são de políticas assistencialistas e compensatórias que na sua gênese visa atender o projeto da elite agrária brasileira e a estrutura capitalista, sem intenção de corresponder às especificidades dos(as) camponeses(as). E por sua vez utiliza da escola como um aparelho de manutenção dos seus ideais. Mas é diante desta realidade que em contrapartida, trabalhadores(as) camponeses(as) se organizam para enfrentar e criar estratégias e espaços de educação contra hegemônicos e populares, provocando alterações nas políticas públicas educacionais e germinado outras formas de se fazer educação, como a exemplo das EFAs através da Pedagogia da Alternância.

Nesta perspectiva, desde 1969, década de conflitos e censura no Brasil, principalmente contra os movimentos e organizações sociais populares e de luta pela democracia, que os institutos em Pedagogia da Alternância vêm demarcando seu lugar no solo brasileiro, construindo um projeto educacional popular camponês e semeando uma formação contextualizada, humana, crítica, integral e transformada para os povos do campo. Após 34 anos do surgimento da Pedagogia da Alternância na França construída por agricultores e um paroquiano descontentes com a educação francesa, cria-se uma alternativa de mudar a realidade e atender as vivências e contexto do campo, com ampliação do projeto pelo mundo. A primeira experiência chega em nosso país no estado do Espírito Santo, sendo promovida pelo Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) e exercitada pelo trabalho de base do padre jesuíta Humberto Pietrogrande (Zamberlan, 1995; Nossela, 2019).

Em um trabalho comunitário e pastoral esta prática foi expandida para outros estados, chegando na Bahia em 1975 no município de Brotas de Macaúbas. Esse processo de expansão incentiva a mais municípios erguerem uma escola que contemplasse a identidade, o território e uma formação profissional e integral para a juventude do campo. Com o crescimento e difusão das EFAs, tem-se a necessidade de criação de Redes que amparem e orientem as instituições no sentido pedagógico, político e administrativo. Assim, a nível nacional é edificada a União Nacional das Escolas Família Agrícola Brasileira (UNEFAB) em 1982. Já na Bahia cria-se a

Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia (AECOFABA) em 1979 que articula 16 EFAs e a Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas ao Semiárido (REFAISA) formalizada em 1994 na articulação de 13 EFAs, dessas 13 uma é filiada no estado de Sergipe (Begnami; De Burghgrave, 2012; AECOFABA, 2019; REFAISA, 2019).

Perante o que foi já citado é possível verificar algumas características e princípios que dão sustentação a existência das EFAs. São escolas que se estruturam em uma formação comunitária, organizadas por associações que na sua base são constituídas por famílias camponesas, por parcerias e profissionais, que aspiram a formação socioprofissional juntamente com formação humana e integral transformando adolescentes, jovens e adultos em atores do seu próprio desenvolvimento e do território em que vive por meio de uma Pedagogia da Alternância. Essa por sua vez, fortalece e valoriza a vida e o trabalho no/do campo na construção de uma educação contextualizada alternando tempos e espaços (AECOFABA, 2019; UNEFAB, 2019; García-Marrirrodriaga; Puig-Calvó, 2010).

As EFAs constituem-se a partir de um arranjo didático-pedagógico específico que articula os tempos e espaços escola-família-comunidade, as quais são conduzidas por agentes formadores como educadores(as) nomeados(as) de monitores(as), bem como os familiares e parceiros(as) deste projeto. Dentre as mediações pedagógicas das EFAs podemos citar: Plano de Estudo; Folha de Observação; Caderno da Realidade; Viagem e Visita de Estudo; Intervenção Externa e Interna; Caderno de Acompanhamento; Visita às Famílias e Comunidades; Formação das Famílias; Colocação em Comum; Caderno Didático; Tutorias; Serão; Avaliação; Estágios; Atividade de Retorno; Projeto Profissional do Jovem; Reuniões e Organização da Equipe Pedagógica (Begnami; Justino, 2022).

As EFAs são instituições não condicionadas à educação tradicional ou de cunho estatal, mas organizadas e dirigidas pelas pessoas que delas fazem parte desde o seu processo pedagógico até o administrativo. Isso fortalece a construção de uma pedagogia com e para os povos do campo. O que culmina com um processo de ensino e aprendizagem contextualizado sustentado em pilares e mediações pedagógicas específicas conduzidas pelos seus agentes formadores, tendo o trabalho como o princípio educativo.

Neste contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão acerca dos impactos gerados pelas políticas públicas de financiamento na Escola Família Agrícola Mãe Jovina (EFAMJ), além de dar destaque para o acesso aos direitos dos povos do campo as políticas públicas educacionais e como os Movimentos Sociais e Organizações Camponesas vem materializando e lutando por uma Educação no/do Campo.

A pesquisa que ancora a realização deste artigo foi efetuada durante o ano de 2022, qual teve como *locus* da pesquisa de campo a EFAMJ, localizada no município de Ruy Barbosa-BA, seguiu uma abordagem qualitativa de cunho exploratório e descritivo, com produção de dados realizada via entrevistas semiestruturadas com grupo de seis profissionais que foram identificados com nome de árvores nativa do bioma predominante na localidade (Caatinga), dentre eles: três na função de professores(as) (Umbuzeiro, Licurizeiro e Juazeiro), dois membros da Associação mantenedora (Aroeira e Angico), e a direção escolar (Mandacaru). A apreciação de dados foi feita mediante análise de conteúdo trabalhando com os seguintes indicadores: Compreensão das políticas públicas no contexto da Educação do Campo; Implementação de políticas públicas; Redução de políticas públicas; e Financiamento. Para mais, agregando e fundamentando a discussão com biografias e documentos sobre legislações educacionais e a instituição.

O presente trabalho está estruturado em duas seções além desta Introdução e das Considerações Finais. Na primeira seção, intitulada: Historicizando a EFAMJ, buscou-se rememorar brevemente a fundação da escola, sua estrutura e questões pedagógicas. Na segunda seção, nomeada: Entrelaço: Financiamento, Políticas Públicas e EFA, procura-se enfatizar e discutir os resultados da pesquisa de campo no diálogo com a pesquisa bibliográfica.

Historicizando a EFAMJ

A história da EFAMJ começa antes da sua fundação. Com base em documentos e observações na escola podemos conhecê-la e reviver um pouco da sua memória. Com os trabalhos de bases realizados pelos padres Firmino Persina e João Diniz, o docente Luiz Carlos Costa Brito e os técnicos agropecuários Iomar Ferreira Santana e Wilson (egressos da Escola Família Agrícola de Riacho de Santana), a mobilização inicia dois anos antes da abertura da nova escola, principalmente nos municípios Ruy Barbosa, Itaberaba e Lajedinho, na Bahia. Era necessário levar às comunidades e famílias da região a importância e objetivo do projeto e seu público-alvo, essas ações percorreram a região da Chapada Diamantina e em 26 de fevereiro de 1993 foi fundada a EFAMJ, tendo como entidade mantenedora a Associação de Trabalhadores de Ruy Barbosa (ATARB) e tornando-se uma das membras da AECOFABA.

A escola recebe este nome em homenagem a Jovina Nogueira, uma senhora conhecida como Mãe Jovina (*In memoriam*), que chega em Ruy Barbosa - BA no ano de 1938 e através de suas práticas e conhecimentos como enfermeira e parteira começa a auxiliar as pessoas necessitadas na localidade. Em vista do local onde foi construída a escola foi por anos um

espaço inacabado de atendimento, chamado de Hospital de Mãe Jovina e pelas ações efetuadas por ela faz se então a homenagem.

A EFAMJ expande no município e com seus trabalhos não proporciona apenas a formação de filhos e filhas de agricultores(as) da região, mas torna-se também propulsora na implantação de outras EFAs na Chapada Diamantina. Inicia e perdura até o ano de 2006 com a oferta do Ensino Fundamental para os anos finais, do ano seguinte até atualmente trabalha na oferta do curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio e em 2009 formou a primeira turma de Técnicos(as) em Agropecuária.

Figura 1- Faixada da EFAMJ



Fonte: Arquivo da autoria, 2019

Fixa-se na sede do município de Ruy Barbosa - BA, tendo em sua proximidade o Centro Jovem São Jorge e a Igreja Católica São José Operário, espaços parceiros para realizações de eventos e celebrações. A instituição conta com dormitórios para estudantes e educadores(as), salas de aulas, laboratórios (ciências e informática), biblioteca, sala de educadores(as), secretaria, gabinete da ATARB, quadra de esporte, refeitório, cozinha, despensas (alimentação e materiais de limpeza), casa do motor, casa do mel, almoxarifado, casa da ração, casa das sementes crioulas. Também constituem a estrutura da escola os setores referentes a plantação e criação de animais, como: bovinocultura, meliponário, aviário, pocilga, viveiro, horta, minhocário, pomar, agrofloresta e compostagem.

A EFAMJ atende estudantes de diversos Territórios de Identidade da Bahia, tais como: Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Irecê e Chapada Diamantina. Por meio da Pedagogia da Alternância e as Mediações Pedagógicas alterna os estudos e práticas por quinzenas entre escola e família/comunidade, integrando componentes da Base Nacional Comum e da Base Diversificada.

Entrelaço: Financiamento, Políticas Públicas e EFA

Uma escola com base no pilar da Pedagogia da Alternância, atende sujeitos diferentes e exige políticas públicas específicas. No início da seção de discussão dos dados na monografia que dá base para a presente elaboração, é apresentado um trecho poético de autoria própria que diz assim: “Cara ou coroa, as duas faces da moeda. Avanços ou retrocessos, qual será a face que mais cai das políticas públicas sobre a EFA?” É com esse trecho que desejamos aqui tencionar a discussão dos resultados e apresentar uma síntese analítica dos mesmos.

Será que uma mesma política pública pode gerar um “cabo de guerra” dentro de um único contexto? A que medida elas fecham ou abrem “rachaduras” deferidas pelo sistema educacional brasileiro. O trecho poético e as interrogações a ele conectadas permitiram apreender as percepções dos sujeitos participantes da pesquisa. Assim, processou-se a sistematização a respeito da dimensão de programas, projetos e/ou leis que perpassam a realidade da EFAMJ na contratação de professores(as), no acesso à alimentação escolar, ao transporte escolar, aos de livros didáticos, aos recursos de manutenção e infraestrutura da escola, bem como cercam seus os(as) beneficiários(as).

Para chegar às interpretações fez-se uso dos indicadores selecionados na análise de conteúdo. Inicialmente a partir do indicador Compreensão das políticas públicas no contexto da Educação do Campo pode-se constatar mediante as respostas dos(as) entrevistados(as) explicações que ultrapassaram o conceito, mas circularam em torno do acesso aos direitos básicos da vida. Isso reflete-se em programas e projetos sociais que não ficam apenas dentro da escola, mas atinge de maneira significativa a vida dos(as) estudantes e suas famílias. Constituem-se em ações específicas para um grupo determinado apontando a conquista da efetivação de Projeto de Lei para EFAs. Um desses exemplos foi a explicação do entrevistado Aroeira ao salientar sobre a conquista via as lutas da Redes (REFAISA e AECOFABA) para a garantia de financiamento das EFAs em parceria com estado da Bahia por meio do repasse do recurso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Nesse quadro, é destacado também o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que não só auxiliou na minimização de custos com alimentação, mas tem contribuído para potencializar uma alimentação saudável que em sua maioria são alimentos produzidos pelos próprios pais dos(as) estudantes oriundos da Agricultura Familiar e assim aumentando a valorização da produção local.

É vital enquanto profissionais da educação estarmos cientes do que podemos acessar enquanto escolas do campo, tendo em vista as lutas e conquistas manifestadas pelos(as) trabalhadores(as) camponeses(as). Ter a compreensão de que as políticas públicas, em especial as voltadas para o campesinato brasileiro, foram erguidas com muitas disputas e não podem ser sustentadas apenas no “chão” da escola, mas em todo território que circula o modo de vida no campo. Ter ciência do dever do Estado para com a Educação no/do Campo. Isso é evidenciado nas organizações edificadas como por exemplo a partir do final da década de 1990 - I Conferência Nacional por uma Educação do Campo -, que pautada pelas demandas dos sujeitos do campo, incide na proposição de uma educação que atendesse suas especificidades no âmbito das políticas públicas.

Neste processo, destacam-se dois pontos que incidem na concretude das políticas públicas: a sua implementação e a sua redução. Com os elementos produzidos na pesquisa de campo foi possível refletir como as disputas na área das políticas públicas estão correlacionadas com os interesses sociais e econômicos. Tafarel e Molina (2012, p.571) salientam “[...] o que determina a política são o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção: a relação entre os homens, a natureza, a produção dos bens materiais e imateriais, e o sistema de trocas daí decorrente.” Ou seja, podemos captar que políticas públicas educacionais ao longo do tempo são moldadas juntamente com a instituição escolar sobre as exigências e configurações do modo de produção da sociedade e a fim de atender as finalidades do sistema posto, por vezes, estando camufladas suas verdadeiras intenções.

No percorrer desses indicadores, os entrevistados Angico e Aroeira a entrevista Mandacaru pontuaram políticas importantes que garantem a segurança hídrica e alimentar para todos(as) beneficiários(as) da EFAMJ. Os(as) entrevistados(as) trouxeram como pontos destacados: o Programa 1 Milhão de Cisterna (P1MC), pontuado como uma política que atendeu de maneira significativa as famílias dos(as) estudante no ano de 2003 demarcando a atuação do governo Lula; o Projeto Cisternas nas Escolas no espaço da instituição garantindo a economia nas contas de água; e novamente apareceu o PNAE.

É evidente como a implementação dessas políticas públicas na EFAMJ fortaleceram a vida e a permanência na zona rural. Produzindo através de políticas sociais a garantia do modo de produção camponês. Atenderam não apenas condições básicas da existência, contribuíram também para a permanência do(a) estudante na escola sem desvinculá-lo(a) do seu meio e promovendo a politização deles(as) e dos seus familiares e a sustentabilidade do ambiente escolar.

Em vista da EFAMJ ser um seio comunitário, foi demonstrado também que ela consegue articular parcerias com outras instituições para além dos setores públicos, promovendo o investimento nos projetos realizados pelos(as) estudantes (Projeto Profissional do Jovem) e gerando um giro rotativo para beneficiar os(as) demais que vão ingressando na instituição. Contudo, as demandas por políticas públicas que assegurem mais benefícios à juventude das EFAs não deixam de serem pautadas, por ser uma escola de cunho comunitário e privado, por anos os(as) estudantes deixaram de acessar direitos comuns a outros(as) estudantes pertencentes à rede pública de ensino. A entrevistada Mandacaru salientou que mediante a estas questões atualmente tem-se legislação que certifica a igualdade de benefícios a estudantes e egressos(as) de EFAs com tratamento igualitário aos da Rede Estadual. Direito esse estabelecido na Lei nº 13.907 de 29 de janeiro de 2018 (BAHIA, 2018).

Apesar das conquistas é necessário refletir que “nem tudo são flores” ou compreender que toda política pública é carregada de intencionalidades. E que o próprio Estado é engrenagem do sistema capitalista que alucina o nosso país e que consequentemente inibe a garantia das necessidades e dos direitos do povo em vista dos interesses do projeto do capital. Mézáros (2015) nos alerta que o Estado posto é antagonico aos princípios e lutas da classe trabalhadora e atua enquanto agente assegurador dos interesses da sociedade burguesa, mantendo sob controle os conflitos entre as classes opostas através de várias instâncias para que tais não respingue na estrutura deste modelo. E este processo é caracterizado também nas escolas do campo, mesmo quando estas conseguem minimamente se conectar às políticas públicas primordiais para a efetivação das atividades e manutenção cotidiana. Neste enquadramento, dentre os resultados da pesquisa percebemos que Lei nº 13.907/2018 ainda é compensatória, não atende em sua complexidade a proposta pedagógica das EFAs, em especial a EFA Mãe Jovina.

O entrevistado Licurizeiro identifica que tem muitos projetos voltados para o estado e município, porém que não atendem as especificidades da EFA que, por vezes, precisam se enquadrar e buscar alternativas para desenvolver o seu trabalho nos dois tempos e espaços formativos que sustentam e dão concretude à Pedagogia da Alternância.

Uma das questões salientadas pela entrevistada Umbuzeiro foi a dificuldade de conciliar o calendário escolar com os dias letivos da Rede Estadual. Isso incide no uso do transporte escolar e na atuação de profissionais que não trabalham apenas na escola. Tal realidade cria uma dicotomia a qual calendário seguir, sendo que, em muitos dias de feriados em função internato e Alternância a escola permanece em funcionamento. Assim coloca-se a questão:

como garantir o transporte escolar para o deslocamento até a escola ou comunidade quando o município deixa de oferecê-lo, mesmo a EFA estando em funcionamento?

Isto coloca em evidência a urgência do estado conhecer e validar a conduta pedagógica da escola, efetivando políticas que atestem o desdobramento de suas ações. É regulamento pelo parecer CNE/CEB no 001/2006 os dias letivos aplicados para Pedagogia da Alternância (BRASIL, 2006), no entanto a EFAMJ ainda se encontra sobre a condição de direcionar parte de sua dinâmica via o que é estabelecido pelo estado e pelos municípios a qual atende os(as) estudantes(as), em exemplo do que ocorre com o transporte escolar.

Outros entraves enfrentados pela escola foram apontados por Mandacaru, sejam eles: o cancelamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Fundo de Assistência Educacional (FAED) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Sob a nova configuração de recebimento de verba via o Termo de Colaboração com o governo do Estado, os programas citados foram destituídos do acesso à escola, o que passa a interferir e produzir uma fragmentação no processo do ensino-aprendizagem.

Todavia, frente esse quadro de fragilização no acesso de políticas públicas, a escola, com muito esforço, tem buscado possibilidades para reverter tal situação. Em relação aos livros didáticos a EFAMJ procurou elaborar seus próprios materiais, também fazendo usos de apostilas e cadernos didáticos produzidos via materiais encontrados na *internet*, além de receber doações de outras escolas, como por exemplo a estadual do município. Sem o FAED e o PDDE, alguns caminhos são contornados pelas parcerias e recursos próprios das produções e vendas da instituição. Porém, tais alternativas são apenas paliativas e não dão conta do escopo e vácuo aberto com a falta das políticas e programas educacionais listados pela entrevistada.

Um indicador central acerca do debate de projeção e efetividade das políticas públicas no âmbito educacional no contexto das EFAs é o financiamento. Como garantir o acesso ao financiamento público sem perder a autonomia dirigida pela Associação e sem comprometer os princípios da escola? A ATARB é uma representação crucial neste processo, pois é ela a representação jurídica da escola, que responde e age na dimensão política, administrativa e educacional. É este corpo jurídico que trabalha de maneira voluntária pelo projeto da EFAMJ e, diante de tantos desafios como os anunciados por Angico e Aroeira, coloca-se no sentido de manter a participação ativa e o compromisso com o projeto, postura essa que é viva e latente na existência da EFAMJ.

É a ATARB que organiza o financiamento através do recurso do FUNDEB. Este financiamento público é a resposta das lutas das Redes das EFAs na Bahia por um aporte

financeiro, tendo em vista o dever do Estado para com a Educação do Campo. Assim, durante o mandato do governador Jaques Wagner em 2008 foi sancionada a Lei nº 11.352, prevendo um Programa Estadual de Apoio Técnico-Financeiro às Escolas Família Agrícola e as Escolas Familiares Rurais do Estado da Bahia (BAHIA, 2015). Chegando as Associações da EFAs através da matrícula dos(as) educandos(as) registrada no Censo Escolar anual, instituída pela Lei nº 12.695/2012 que alterou a Lei nº 11.494/2007, garantido a matrícula dos(as) estudantes(as) de instituições que tem como metodologia a Pedagogia da Alternância (FNDE, 2017).

Mediante relatos dos(as) entrevistados(as), este aporte financeiro é primordial para assegurar quase 90% das despesas da escola e sem ele o cenário futuro pode ser o fechamento da instituição, todavia, não é um recurso fácil de ser administrado. Ele vem em duas parcelas, após aprovação e prestação de contas da primeira e desenhado através de um plano de trabalho enviado à Secretária de Educação do Estado da Bahia. É um recurso destinado desde o pagamento de funcionários até a conta de energia. É um repasse delimitado por rubricas e, por muitas vezes, isso interrompe a realização ou custeio de algo urgente em determinado período para escola ou do cotidiano. Sendo que em tais situações a escola tem que buscar sua sustentação nas suas produções e nas parcerias com os meios pastorais, famílias, comunidades e Movimentos e Organizações Sociais. Como dito, isso fragiliza a existência da escola e reflete a descontinuidade e a pouca estabilidade das políticas públicas.

Apesar disso, mesmo num quadro adverso, característico da pouca estabilidade das políticas públicas no contexto das EFAs, afirma-se a conquista do financiamento como um marco importante na história das EFAs na Bahia. Essa assertiva é afirmada nos depoimentos dos(as) participantes, nos quais, é notório como este financiamento, mesmo não condizente com a realidade e necessidades da EFAMJ, ele tem garantido a permanência de profissionais, tem possibilitado uma melhora salarial e algumas mudanças de qualidade nas estruturas da escola.

Assim, registra-se que o avanço no financiamento, permitiu sanar algumas lacunas que antes eram desafios latentes na existência das escolas. Porém, a destinação de recursos precisa avançar na ampliação de rubricas que atendam cada vez mais as particularidades das EFAs e não dificulte ou intimide a atuação das direções administrativas e pedagógicas das Associações e das escolas.

Considerações Finais

As políticas públicas educacionais são um campo de disputa, propagado pelos conflitos e interesses opostos das classes que as querem conquistar. Tratando-se das políticas de Educação de Campo se acirra entre o projeto dos(as) trabalhadores(as) camponesas em prol de Educação no/do Campo em contrapartida com a elite rural fomentando o projeto do agronegócio em favor dos interesses do capital (Tafarel; Molina, 2012).

As EFAs há décadas vêm pautando e erguendo seus coletivos e bandeira na materialização de uma Educação no/do Campo buscando assegurar o acesso à educação de filhos e filhas de agricultores(as). Essa ação, por vezes, é processada sem o apoio dos poderes públicos, mas não deixa de disputar a construção de políticas públicas dentro de suas perspectivas de mundo, forçando ao Estado Brasileiro a exercer o dever de implantar políticas de Educação do Campo.

Ainda assim, sabemos que são vários os desafios, e a realidade da EFAMJ demonstra a organização deste aparelho. Chamando a atenção para a necessidade de políticas permanentes e contínuas que não enquadrem as EFAs ao padrão das demais escolas, mas pelo contrário, sejam construídas pelos sujeitos que as constroem, que atendam ao seu projeto político pedagógico e viabilizem a concretização da Pedagogia da Alternância.

Nesse quadro, impõe-se o fazer das EFAs, com destaque aqui para a experiência da EFA Mãe Jovina, que no seu fazer concreto vem validando e valorizando a realidade e as perspectivas dos sujeitos do campo. Esse processo permeado por trilhas cruzadas nas políticas públicas de financiamento, busca respaldo também na lei e passa a tensionar o dever do Estado para com as escolas do campo.

Isso aponta para a necessidade de não colocar sobre os(as) trabalhadores(as) do campo a responsabilidade de efetivar de maneiras dificultosas as políticas instituídas nas legislações. Mas sim, afirma o marco legal da Educação do Campo, tendo-o como importante elemento na luta pela garantia de direitos, em especial, a educação. Junto a isso, os resultados pertinentes a presente pesquisa nos alerta a estender os estudos a respeito do financeiro público para EFAs, elaborando dados científicos para uso nos futuros estudos e ações políticas de mobilização e reivindicações dos direitos de seus(as) beneficiários(as).

Referências

AECOFABA- ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DAS COMUNIDADES E FAMÍLIAS DA BAHIA. **AECOFABA Associação das Escolas das Comunidades e Famílias da Bahia: 40 anos a serviço da educação do e no campo. 1979 – 2019.** Riacho de Santana, 2019.

BAHIA. Legislação Estadual da Bahia. **Lei Ordinária nº 13907, de 29 de janeiro de 2018.**

Bahia: Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2018. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-13907-2018-bahia-assegura-aos-alunos-e-egressos-das-escolas-familia-agricola-efas-e-escolas-familiares-rurais-efrs-tratamento-equivalente-aos-alunos-e-egressos-da-educacao-estadual-altera-a-lei-n-11352-de-23-de-dezembro-de-2008-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 04 abr. 2024.

BAHIA. Legislação Estadual da Bahia. **Lei ordinária nº 11352, de 23 de dezembro de 2008**. Bahia: Palácio do Governo do Estado da Bahia, 2015. Disponível em <https://leisestaduais.com.br/ba/lei-ordinaria-n-11352-2008-bahia-institui-o-programa-estadual-de-apoio-tecnico-financeiro-as-escolas-familia-agricola-efas-e-escolas-familiares-rurais-efrs-do-estado-da-bahia-atraves-de-entidades-sem-fins-lucrativos-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BEGNAMI, João Batista; DE BURGHGRAVE, Thierry. Construção da Pedagogia da Alternância no Brasil: desafios e perspectivas. Posfácio. In: NOSELLA, Paolo. **Origens da Pedagogia da Alternância no Brasil**. Vitória: Edufes, 2012.

BEGNAMI, João Batista; JUSTINO, Érica Fernanda. **Formação por Alternância na Educação do Campo**. – Marília: Lutas Anticapital, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CEB no 1, de 02 de fevereiro de 2006**. Brasília: CNE/MEC, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb001_06.pdf. Acesso em: 04 abr. 2024.

FNDE- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Lei no 12.695, de 25 de julho de 2012**. Brasília, DF: FNDE, 2017. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/legislacoes/institucional-leis/item/3819-lei-n%C2%BA-12-695,-de-25-de-julho-de-2012>. Acesso em: 04 abr. 2024.

GARCÍA-MARIRRODRIGA, Roberto; PUIG-CALVÓ, Pedro. **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFA no mundo**. Tradução de Luiz da Silva Peixoto, João Batista Begnami, Thierry De Burghgrave, Francisco Trevisan e Laine Fátima Ulegon Trevisan – Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

NOSELLA, Paolo. A Pedagogia da Alternância no Espírito Santo (MEPES): Proposta para avaliação de cinquenta anos de prática. In: FOERSTE, Erineu et al. (Orgs.). **Pedagogia da Alternância: 50 anos em terras brasileiras- memórias, trajetórias e desafios**. – 1. ed. – Curitiba: Appris, 2019.

REVISTA ESPECIAL REFAISA. **Memória e Caminhada: um marco na trajetória das nossas EFAs**. 2. ed. Feira de Santana-BA, 2019.

TAFAREL, Celi Zulke; MOLINA, Mônica Castagna. Política educacional e Educação do Campo. In: CALDART, Roseli Salete et al. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

UNEFAB- UNIÃO NACIONAL DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO BRASIL.
Os CEFFAs. Piúma, ES: UNEFAB, 2019.

ZAMBERLAN, Sérgio. **Pedagogia da Alternância**: Escola da Família Agrícola. Santa
Teresa, ES: MEPES, 1995.

Autor 1:



Rebeca Bispo Oliveira
Licenciada em Educação do Campo-Ciências Agrárias. Mestranda em
Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).
Bolsista CAPES e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas
Docência, Currículo e Formação (DOCFORM-UFRB).
Email: bispo2616@gmail.com
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7526836032416838>
Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-6335-7961>

Autor 2:



Alex Verdério
Doutor em Educação. Docente UFRB, no Centro de Formação de
Professores. Membro do Grupo de Pesquisa em Educação do Campo,
Agroecologia e Movimentos Sociais (GECA-UFRB), integrante da
Rede latino-americana de estudos marxistas em Educação do Campo.
Email: alexverderio@ufrb.edu.br
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4508536091113978>
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0492-6543>